



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

ANO VI

PASQUIM FEMINISTA
Publicação da
COLETIVA FEMINISTA GSEX
ANO VI- N°7

Data de fechamento: 31/07/2026

Maria Meire de Carvalho
Coordenadora do projeto
Ana Gabriela Colantoni
Revisoras do projeto
Ana Carola Cavalcante
Design e Diagramação gráfica



Quando o corpo diz “não”: o burnout como um grito que não pode mais ser ignorado

por: Uanalua de Sousa Tibúrcio é Enfermeira intensivista - Fundadora da Aflora.
E-mail: uanalua@yahoo.com.br

Durante muito tempo, aprendi que ser uma boa profissional significava suportar tudo. Jornadas exaustivas, responsabilidade constante, privação do sono, pressão por decisões rápidas e a expectativa de permanecer forte diante da dor alheia. Na enfermagem, especialmente em unidades de terapia intensiva, cuidar do outro quase sempre vinha antes de cuidar de si. Existe uma cultura silenciosa que transforma o esgotamento em motivo de orgulho. Trabalhar além dos próprios limites é frequentemente visto como comprometimento. Descansar pode ser interpretado como fraqueza. Pedir ajuda, muitas vezes, é confundido com incapacidade.

Durante anos, fui eu quem segurou mãos, confortou famílias e tomou decisões em momentos críticos. A enfermagem me ensinou a cuidar da vida do outro, mas não me ensinou a reconhecer quando a minha própria saúde estava se desfazendo. Descobri da forma mais difícil que quem cuida também precisa ser cuidado. Foi nesse contexto que o burnout entrou na minha vida. Ele não chegou de repente. Foi se instalando aos poucos: o cansaço que não passava, a dificuldade para dormir, a ansiedade constante, a sensação de que nunca era suficiente e o peso emocional levado para casa após cada plantão. Aos poucos, o corpo começou a falar aquilo que eu insistia em ignorar.

O burnout não é falta de força de vontade. Não é preguiça. Não é incapacidade de lidar com a rotina. É uma resposta ao estresse crônico relacionado ao trabalho, quando os recursos emocionais e físicos já não conseguem acompanhar as exigências impostas. Em 2022, a Organização Mundial da Saúde consolidou a síndrome de burnout na Classificação Internacional de Doenças (CID-11), reconhecendo-a como um fenômeno ocupacional que exige atenção e prevenção. Quando uma pessoa adoece por burnout, ela não perde apenas a disposição para trabalhar. Perde, muitas vezes, a capacidade de sentir prazer, de estar presente com a família, de descansar sem culpa e até de reconhecer quem era antes do adoecimento.

Embora qualquer trabalhador possa desenvolver burnout, é impossível ignorar que muitas mulheres convivem com uma sobrecarga adicional. Além do trabalho remunerado, carregam a responsabilidade pelo cuidado da casa, dos filhos, dos familiares e da organização invisível da vida cotidiana. Essa carga mental raramente aparece nas estatísticas, mas pesa diariamente sobre milhares de mulheres. Por isso, falar sobre burnout também é falar sobre desigualdade, sobre relações de trabalho e sobre a forma como naturalizamos o excesso de responsabilidade imposto, especialmente às mulheres. Não podemos continuar tratando como problema individual aquilo que também é consequência de ambientes adoecedores e de uma cultura que valoriza produtividade acima da saúde.

Escrevo este texto não para despertar pena, mas para contribuir para que outras pessoas reconheçam os sinais antes que seja tarde. Se o corpo pede descanso, talvez ele esteja tentando proteger aquilo que ainda resta da nossa saúde. Hoje compreendo que recomeçar também faz parte do cuidado. Aprendi que estabelecer limites não diminui a competência de ninguém. Descansar não é desistir. Pedir ajuda não é fracassar.

Se este texto fizer uma única pessoa perceber que o cansaço constante não é normal, que pedir ajuda não é sinal de fraqueza e que a vida vale mais do que qualquer produtividade, então ele já terá cumprido seu propósito. Nenhum trabalho deveria custar a saúde de quem o realiza. Nenhuma mulher deveria acreditar que precisa adoecer para merecer descanso.

Precisamos falar mais sobre burnout. Precisamos construir ambientes de trabalho mais humanos. Precisamos abandonar a ideia de que o valor de uma pessoa está na quantidade de horas que ela suporta trabalhar. Cuidar de quem cuida não é um privilégio: é uma responsabilidade coletiva e um compromisso com a dignidade humana.

Da Norma ao Ninho: a transmissão dos direitos das mulheres entre gerações

por: *Patrícia Fortes Lopes Donzele Cielo - mestra em Direito, Pedagoga, Letrista e bacharelada em Psicologia. E-mail: pdonzele@gmail.com*

Habito o cruzamento da palavra e da norma. Como professora de Direito e de Língua Portuguesa, dedico meus dias a decodificar as estruturas que organizam a nossa sociedade. Aos 51 anos, contudo, compreendo que as lições mais profundas sobre cidadania não se esgotam nas salas de aula jurídicas, mas ganham corpo no cotidiano. É na condição de mãe de uma adolescente de 16 anos que a urgência dos direitos das mulheres se materializa diante de mim, exigindo um olhar que conecte o rigor dos códigos à sensibilidade da vivência.

O universo jurídico brasileiro avançou formalmente na proteção ao gênero, mas a eficácia social dessas leis é um campo de batalha diário. Quando analiso a Constituição Federal ou a Lei Maria da Penha com meus alunos, vejo a técnica. Quando olho para minha filha, vejo o futuro que precisa habitar essas garantias de forma plena e segura.

Educar uma jovem de 16 anos no cenário contemporâneo é um exercício de equilibrar o alerta contra as violências estruturais e o incentivo à sua autonomia. Desejo que ela conheça seus direitos não por precisar acioná-los em um momento de dor, mas para que os exerça como prerrogativa natural de sua existência.

Sei que sou uma mulher privilegiada. Divido a vida com um esposo que é um excelente companheiro, alguém que compreende a conjugalidade sob a ótica da equidade e do respeito mútuo. No entanto, o feminismo bem instruído nos ensina que o bem-estar privado não pode nos anestesiarmos diante da barbárie pública. A segurança e o afeto que encontro no meu lar devem ser a regra jurídica e social para todas as mulheres, e não um bilhete premiado de loteria afetiva. O pacto civilizatório só estará completo quando o respeito de gênero não depender da "bondade" individual de um parceiro, mas for uma garantia institucional inegociável.

Escrever sobre os direitos das mulheres a partir desta maturidade é compreender que a linguagem é nossa primeira trincheira de defesa. Como educadora, sei que mudar o léxico é mudar o mundo. Ao dialogar com a "Pasquim Feminista: Informativo Libertário Rosa Gomes", reforço o compromisso de usar a docência e a maternidade como atos políticos de resistência. Precisamos continuar traduzindo o Direito para que as nossas filhas não apenas leiam as leis, mas escrevam as suas próprias histórias em um mundo verdadeiramente livre do patriarcado.



Que Nenhuma Mulher Precise Desaparecer Para Que Outra Vida Floresça - A maternidade atípica como pauta feminista de justiça social, democratização do cuidado e defesa dos direitos humanos.

por: Eliene Damascena Nobre - Psicóloga (CRP GO 09/2536), Especialista em Neuropsicologia, Neuromodulação, ABA e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).

E-mail: Indamascena@gmail.com

Ser mãe nunca foi apenas uma experiência privada. Em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, a maternidade sempre esteve associada ao trabalho invisível do cuidado, naturalizado como responsabilidade feminina. Quando essa maternidade é atravessada pela deficiência, pelo autismo, pelas doenças raras ou por outras condições que exigem cuidados permanentes, essa desigualdade torna-se ainda mais evidente. A maternidade atípica revela, com intensidade, as contradições de uma sociedade que romantiza o amor materno, mas frequentemente abandona quem cuida.

A figura da "mãe guerreira" tornou-se um símbolo recorrente. Embora pareça uma homenagem, ela frequentemente mascara uma realidade de sobrecarga. Nenhuma mulher nasce preparada para enfrentar sozinha longas filas por atendimento, burocracias intermináveis, negativas de direitos, crises escolares, judicializações e a constante necessidade de justificar as necessidades do próprio filho. Quando transformamos resistência em obrigação, deixamos de questionar por que essas mulheres precisam lutar tanto para acessar direitos que já deveriam estar garantidos.

Na saúde, a violência institucional não se manifesta apenas nas longas filas, na escassez de especialistas, na demora dos diagnósticos, na interrupção de terapias e na necessidade frequente de recorrer ao Poder Judiciário para garantir tratamentos indispensáveis. Ela também aparece nas atitudes, nos discursos e nas práticas que deslegitimam a experiência das mães e o sofrimento de seus filhos.

Muitas famílias relatam que, ao buscar atendimento diante de dificuldades comportamentais, sensoriais ou do desenvolvimento, recebem respostas simplificadoras como: "isso é falta de limites", "é apenas uma fase", "você estão superprotegendo essa criança" ou "hoje em dia qualquer comportamento vira diagnóstico". Em algumas situações, mães afirmam sentir-se julgadas ao ouvir insinuações de que estariam buscando um diagnóstico apenas para obter benefícios sociais, quando, na realidade, procuram compreender o que acontece com seus filhos e garantir acesso aos direitos previstos em lei. Essas atitudes produzem profundo sofrimento. Em vez de acolhimento e investigação clínica cuidadosa, algumas mães saem das consultas carregando culpa, vergonha e a sensação de terem fracassado na educação dos filhos. A responsabilidade pelo sofrimento da criança é deslocada para a família, especialmente para a mãe, reforçando estereótipos históricos que atribuem às mulheres a culpa por qualquer dificuldade no desenvolvimento infantil.

Também são frequentes os relatos de descontinuidade do cuidado. Há famílias que enfrentam a falta de medicamentos essenciais na rede pública, interrupção de terapias por ausência de vagas, demora para consultas especializadas e divergências entre profissionais sem que haja diálogo interdisciplinar. Em alguns casos, laudos previamente emitidos, são descartados de forma precipitada, condutas terapêuticas são modificadas sem adequada explicação ou orientações baseadas em evidências são substituídas por recomendações sem respaldo científico. Tudo isso aumenta a insegurança das famílias e compromete a continuidade do tratamento.

É importante reconhecer que milhares de profissionais do Sistema Único de Saúde e da rede privada atuam com competência, ética e profundo compromisso com seus pacientes. Entretanto, ainda persistem práticas capacitistas, desinformação sobre neurodiversidade e dificuldades de acesso a serviços especializados que precisam ser enfrentadas por meio de investimento público, educação permanente das equipes e organização das redes de cuidado.

Continua na próxima página...



O Sistema Único de Saúde constitui uma das maiores conquistas da sociedade brasileira e desempenha um papel fundamental na garantia do direito à saúde. Contudo, para responder de forma efetiva às necessidades das pessoas com deficiência, das pessoas neurodivergentes e de suas famílias, é indispensável ampliar o financiamento, fortalecer as equipes multiprofissionais, garantir acesso contínuo a medicamentos e terapias e consolidar uma atenção verdadeiramente humanizada, baseada em evidências científicas e no respeito à dignidade das pessoas. Enquanto isso não acontece, muitas mães continuam enfrentando, além da condição de seus filhos, o peso de um sistema que frequentemente exige delas mais resistência do que acolhimento.

Na educação, o discurso da inclusão ainda convive com práticas profundamente excludentes. Muitas escolas matriculam crianças e adolescentes com deficiência ou com transtornos do neurodesenvolvimento, mas não oferecem acessibilidade pedagógica, profissionais de apoio em número suficiente, formação continuada para educadores nem adaptações curriculares realmente eficazes. A inclusão, muitas vezes, permanece apenas no papel.

Uma das situações mais dolorosas ocorre quando crianças neurodivergentes apresentam crises de desregulação emocional, sensorial ou comportamental no ambiente escolar. Em vez de equipes preparadas para acolher, compreender e aplicar estratégias de manejo baseadas em evidências, é comum que a primeira resposta seja telefonar para a mãe, solicitando que ela vá imediatamente à escola para "resolver o problema". Em alguns casos, a criança é retirada da sala de aula, isolada, suspensa ou até convidada a deixar a instituição, como se sua condição representasse um incômodo incompatível com o ambiente escolar.

Essa prática revela não apenas a falta de preparo técnico, mas também a permanência de uma cultura capacitista, que responsabiliza a criança por manifestações decorrentes de sua condição e transfere para a mãe toda a responsabilidade pela mediação dos conflitos. Em vez de construir soluções compartilhadas, muitas instituições acabam reforçando a exclusão.

As consequências são profundas. A criança aprende, desde cedo, que seu modo de existir não é aceito. Passa a associar a escola, um espaço que deveria promover pertencimento e desenvolvimento, ao medo, à rejeição e ao fracasso. A mãe, por sua vez, interrompe repetidamente sua jornada de trabalho, suas atividades pessoais e sua própria vida para atender chamados urgentes, acumulando culpa, sofrimento e exaustão. Não raro, ambas enfrentam olhares de julgamento, comentários preconceituosos e o estigma de serem rotuladas como "problemáticas", "difíceis" ou até "barraqueiras", quando, na realidade, estão apenas reivindicando direitos garantidos por lei.

A verdadeira educação inclusiva exige muito mais do que abrir os portões da escola. Ela pressupõe formação permanente dos profissionais, compromisso institucional, trabalho interdisciplinar, diálogo com as famílias e a compreensão de que acolher a diversidade é uma responsabilidade coletiva, e não um fardo imposto exclusivamente às mães atípicas.

Esse cuidado permanente também possui um elevado custo econômico e emocional. Muitas mulheres reduzem sua jornada de trabalho, abandonam a carreira ou sobrevivem na informalidade para acompanhar consultas, terapias e demandas escolares. Enquanto os gastos familiares aumentam, a renda diminui. Ao mesmo tempo, desaparecem o tempo para descansar, estudar, conviver, cuidar da própria saúde e cultivar projetos pessoais. Pouco a pouco, a mulher deixa de ser reconhecida por sua profissão, sua história ou seus sonhos para tornar-se apenas "a mãe que cuida". O trabalho do cuidado, indispensável para a vida, permanece invisível, não remunerado e socialmente desvalorizado.

Sob uma perspectiva feminista, essa realidade precisa ser compreendida como uma expressão da violência estrutural de gênero. O cuidado não é um destino feminino nem uma responsabilidade privada das mulheres. Trata-se de um trabalho que sustenta a vida, fortalece comunidades e produz riqueza social. Quando o Estado, as instituições e a sociedade deixam de compartilhar essa responsabilidade, transferem às mães atípicas o custo físico, emocional, econômico e político das próprias omissões. Democratizar o cuidado significa reconhecer que saúde, educação inclusiva, proteção social, trabalho digno e redes de apoio não são favores, mas direitos humanos fundamentais.

Continua na próxima página...



As mães atípicas não precisam de homenagens ocasionais nem de discursos que exaltem sua força para, em seguida, ignorarem suas necessidades. Precisam de políticas públicas permanentes, financiamento adequado da saúde e da educação inclusiva, acesso a terapias, medicamentos e tecnologias assistivas, proteção trabalhista, apoio psicológico, serviços de cuidado compartilhado e respeito à sua autonomia. Precisam, sobretudo, continuar sendo mulheres plenas: profissionais, cidadãs, trabalhadoras, estudantes, artistas e protagonistas de suas próprias histórias.

Como psicóloga e neuropsicóloga, acompanho há tempos as mães atípicas e crianças neurodivergentes, pude compreender que o sofrimento dessas famílias vai muito além dos diagnósticos clínicos. A avaliação neuropsicológica e o acompanhamento terapêutico revelam, que grande parte das dificuldades enfrentadas não decorre apenas das características neurológicas da criança, mas das barreiras impostas por uma sociedade ainda pouco preparada para acolher a diversidade humana. O adoecimento emocional das mães frequentemente está relacionado à sobrecarga permanente, à culpabilização, ao preconceito, à insegurança diante do futuro e à necessidade constante de lutar por direitos básicos. Da mesma forma, o desenvolvimento das crianças floresce quando encontram ambientes afetivos, previsíveis, inclusivos e respeitosos às suas singularidades. Como neuropsicóloga, aprendi que cuidar da criança sem cuidar da mãe significa tratar apenas parte da realidade. Sob a perspectiva da Neuropsicologia, ambas constituem um sistema profundamente interligado: quando a mãe recebe acolhimento, orientação e apoio, fortalece-se sua capacidade de regulação emocional, tomada de decisões e enfrentamento das adversidades, refletindo diretamente no desenvolvimento, na aprendizagem e na qualidade de vida de seus filhos. Por isso, defender as mães atípicas também é promover saúde mental, desenvolvimento infantil e inclusão social.

Haveremos de ver um tempo em que nenhuma mãe atípica precisará transformar cada direito em uma batalha solitária. Um tempo em que escolas, serviços de saúde, órgãos de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes, gestores públicos e toda a sociedade caminharão ao lado dessas mulheres, compartilhando responsabilidades e celebrando conquistas. Nesse dia, mães e filhos poderão viver com dignidade, pertencimento e esperança, em uma sociedade que tenha transformado a inclusão em prática cotidiana, a justiça em compromisso coletivo e o cuidado em expressão concreta dos direitos humanos. E compreenderemos, finalmente, que defender os direitos das mães atípicas não é apenas defender um grupo de mulheres, mas afirmar um projeto de sociedade baseado na igualdade, na inclusão e na justiça social. Porque nenhuma democracia será verdadeiramente plena enquanto uma mulher precisar desaparecer para que outra vida possa florescer. Esse futuro não nascerá do acaso. Será construído pela coragem das mulheres, pela responsabilidade do Estado, pelo compromisso das instituições de defesa e proteção e pela participação de toda a sociedade, por que acreditamos que:

"Haveremos de ver qualquer dia
Chegando a vitória
O povo nas ruas
Fazendo a história
Crianças sorrindo em toda a nação!"



Uma pedra flutuante

por: Ana Gabriela Colantoni - Membro da Coletiva Feminista GSEX

Mais preciosas do que as pedras preciosas, são as novas lentes de compreensão do mundo, da vida, da vida no mundo. São lentes que nos fazem enxergar melhor, mas a cada visão, uma nova dor na alma, tão profunda, que há pessoas que dispensam tais presentes. Não que eu seja sadomasoquista, mas prefiro suportar a dor, do que negar o conhecimento. Comerei mil vezes o fruto proibido, quantas vezes for preciso por amor à sabedoria do bem e do mal. O diagnóstico do autismo nível 1 aos 45 anos veio como tais presentes, que me fizeram ver de outra forma a minha história e as relações com Outrem, de forma distinta e distante. Distante porque eu conseguia entender, sem sentir exatamente que era eu. Eu era aquilo que o meu próprio preconceito condenava. Por mais que eu achasse linda a espontaneidade, eu nunca a teria, poderia apenas imitá-la. E se é imitação, não é espontâneo - não da forma como eu gostaria. O meu espontâneo é rígido e sisudo, quase uma pedra. Uma pedra que aprendeu a flutuar nas próprias lágrimas. E nesse flutuar doloroso, eu vou entendendo quem apenas me suporta na minha camuflagem, quem está para ganhar alguma vantagem compensatória da minha esquisitice, quem me ridiculariza. É uma grande oportunidade para aprender a dizer mais "nãos", pois dizer alguns "nãos" significa dizer mais sim à vida plena, longe das punições de quem inventou o pecado do conhecimento. Conversão? Sempre, mas no sentido de ampliar ainda mais a visão do flutuar e de deixar afundar o preconceito.



Um Crime a Céu Aberto na Reforma Agrária Brasileira, em Pleno Século XXI – Um Caso Real

por: Gláucia Maria Ribeiro de Souza

Este texto utiliza-se como referência científico, teórico e metodológico as teses de Simone de Beauvoir em seu livro, "O Segundo Sexo". A constatação conceitual que direciona este relato baseia-se na seguinte teoria da autora: "O homem é o sujeito absoluto, ela é o outro" (Simone de Beauvoir, 1949).

Minha estimada Beauvoir, no século XXI o homem ainda é o sujeito absoluto e a mulher continua sendo o outro sexo. O relato mencionado é parte de uma história verídica de machismo, cercado por violência psicológica, econômica e institucional contra mulheres no assentamento da reforma agrária.

Uma história real de mulheres trabalhadoras e beneficiárias da reforma agrária, que mesmo com todo aparato legal de proteção às mulheres e ao seu patrimônio passam no dia a dia por violência de gênero, machismo e misoginia, violências advindas do sistema patriarcal que ainda hoje sobrepõem às leis.

O conceito de Beauvoir é muito importante para entender os acontecimentos sociais, os fatos no âmago das instituições sociais, tal como o INCRA. Assentamento da reforma agrária Holanda, Cidade de Goiás, parcela 13. Mulheres - mãe e filha que não terão seus nomes revelados por uma questão de segurança.

Da história: uma história de trabalho e luta na terra, em assentamento da reforma agrária que já dura 29 anos, desde 1998. Uma história cercada por violências múltiplas a céu aberto em uma sociedade na qual o direito do homem sempre é concedido, mesmo sem sequer ter direito, sem precisar requerer, ao passo, que o direito de uma mulher sempre é questionado.

É preciso repetir demasiadamente esta afirmação, a constatação conceitual de Simone de Beauvoir, "O homem é o sujeito absoluto, a mulher o outro". A máxima de Beauvoir, explica e nos permite compreender a violência sofrida por essas mulheres nesse assentamento da reforma agrária. Simone de Beauvoir ainda relata que, ao homem tudo é concedido, à mulher seu direito é sempre demandado para ter acesso, e questionado.

Deixo aqui alguns pontos centrais para melhor compreensão do ocorrido:

Em 1998, um casal de trabalhadores, juntamente com suas três filhas passaram a fazer parte do projeto de assentamento Acaba Vida, no município de Niquelândia. A família morou no sítio, ali trabalhou, cuidou da terra, plantou e colheu. No ano de 2000, passaram à fazer parte de um projeto maior sobre Meio Ambiente, parceria entre o Estado de Goiás e o CEDAC.

Nesse projeto o Sr. José Carlos (nome fictício), presidiu a associação dos assentados por dois mandatos, e contribuiu, juntamente com outros assentados para levar o programa luz para todos para o assentamento. Por volta de 2004 a 2005, a família plantou 40 mil mudas de plantas nativas para reflorestamento no assentamento. Em 2006, infelizmente, uma tragédia levou a óbito o Sr. José Carlos, responsável pelas estruturas do projeto no assentamento, e em uma festividade da comunidade, à irresponsabilidade de um ser atormentado por drogas ilícitas não aceitou ser advertido de que não poderia depredar o patrimônio público tirou a vida do pai de família, José Carlos foi assassinado de forma cruel e covarde. Face a tragédia, a esposa e as filhas não conseguiram mais morar na região, e solicitaram a transferência junto ao INCRA. A viúva era cozinheira da equipe institucional do projeto de meio ambiente e do INCRA quando iam ao assentamento, e toda família recebia apoio do grupo. A família foi transferida para o assentamento Holanda, na cidade de Goiás, em 2007.

Nesse processo de transferência, a mãe e as filhas foram orientadas pelo servidor institucional de que havia uma outra terra no mesmo assentamento e que se quisessem elas poderiam ser recolocadas ali.

No entanto, a família acabou ficando na parcela 13, à qual renomearam para o mesmo nome: Sítio Rosa de Saron.

Continua na próxima página...



Somente mulheres, três mulheres vivendo sem ninguém conhecido, numa terra desconhecida. Foi aí que o machismo falou mais alto e durante todo este tempo, homens da região desejaram e até articularam para tomar a terra daquela mulher e das filhas. Entre os anos de 2020 a 2021 iniciou-se o processo de titulação no assentamento, projeto nacional, "Titula Brasil", onde se perpetuou o machismo. Com 25 anos assentadas, via INCRA vimos nosso direito integral à terra ser questionado, por homens que não aceitam que as mulheres tenham os mesmos direitos deles. Homens que não aceitam mulheres como humanas de direitos. Segundo Simone de Beauvoir, "O homem é definido como ser humano e a mulher é definida como fêmea. Quando ela se comporta como um ser humano ela é acusada de imitar o macho" (Simone de Beauvoir). Aqui fica expresso o machismo, a violência patriarcal, psicológica, institucional e patrimonial.

Ao iniciar o processo da titulação, que também a viúva e as filhas contribuíram com a comunidade para que o fato acontecesse, desde reuniões, articulações e demais contribuições notou-se que um grupo de homens se juntaram para dividir a terra delas.

Na época, a viúva que já havia mandado um companheiro sair de sua casa, pois não trabalhava na terra viu esse homem tentar se aproveitar do momento para tomar a terra dela e das filhas, tudo com o consenso de homens da região. Uma de suas filhas, Gabriela (nome fictício), que trabalhou a vida toda na terra desde criança, foi ameaçada veladamente por esse homem, com espingarda, indiretas, e até com cabo de machado, pois ela percebeu que o sujeito queria realmente tomar a terra da família, com ajuda de homens da região.

Na época, todos filhos HOMENS, das viúvas pegaram os títulos das terras em seus nomes, homens solteiros. O viúvo da região, que havia uma segunda união estável também pegou o título da terra somente em seu nome, o mesmo disse: eu trabalhei e sofri com a primeira esposa, a segunda chegou agora, não é justo, eu quero o título no meu nome sozinho e assim foi feito, sem maiores questionamentos. Homens que não tinham nem a metade do tempo em terra de reforma agrária, como estas mulheres, todos eles receberam seus títulos. Ironia, sua filha Gabriela, inclusive, assinou vários destes títulos.

Aos questionamentos, conforme Beauvoir e com base no método socrático, há de se chegar à verdade e à justiça.

Por que os filhos homens das viúvas, todos pegaram o título da terra? Por que o viúvo homem pegou o título da terra?

Somente ele, (e de fato era direito dele, mas levanto a pergunta para problematizar). Mas, porque somente a viúva e suas filhas que já estavam há 29 anos trabalhando na terra esperam por sua titulação?

Por que alguns homens pegaram o título com menos de dez anos? O problema é ser mulher? O problema é ser o outro sexo? (Mulher)?

Como disse Beauvoir não somos sequer humanas. Com todas essas evidências, por que não entregam o título à essas mulheres? De fato, com os homens a história foi totalmente diferente, o direito não foi questionado e tampouco necessitou ser demandado.

Para fechar este relato, retomo a tese de Simone de Beauvoir, em "O Segundo Sexo" O homem é o sujeito absoluto, a mulher é o outro". Esta história relatada em síntese e, que ainda está em curso, evidencia a realidade posta às mulheres.

Violência de gênero de múltiplas formas. Mulheres que deram suas vidas, sua história, seu trabalho e que foram e são violentadas de maneira recorrente diariamente por esta injustiça, pelo machismo na comunidade da Reforma Agrária e nas instituições públicas e sociais.

Violência institucional explícita, já ouvimos dizer que seguram o título por mais dez anos, caso queiram. Violência patrimonial, psicológica, violências... Por 29 anos, por serem mulheres, elas esperam o título da terra.

De onde virá o socorro, meu socorro vem de ti Senhor? (Salmos 121).

Gláucia Maria Ribeiro de Souza é filha de Assentados da Reforma Agrária.
Assistente Social. Mestre em Política Social (UnB). Professora da UFG.
Agente Comunitária de Saúde da Reforma Agrária.
E-mail: glauciamrsciencia@gmail.com

Entre julgamentos e acolhimento: um convite a repensar o maternal

por: Franciele Virgínia da Silva Carvalho - Viúva, mãe solo de três meninas, pedagoga, especialista em Gestão de Pessoas e Educação Infantil – Anápolis (GO).

Este artigo nasce da minha experiência como mãe e educadora, mas também da escuta de tantas mulheres que compartilham as alegrias, os desafios e, sobretudo, o peso dos julgamentos que ainda cercam a maternidade. Basta observar uma conversa entre familiares, uma roda de amigos ou os comentários nas redes sociais para perceber que, quando o assunto é maternidade, parece haver sempre alguém com uma receita infalível.

Se acontece uma gravidez na adolescência, a culpa quase sempre recai sobre a mãe: "Ela não orientou a filha direito." Se uma mulher decide não ter filhos, surgem perguntas que exigem justificativas para uma escolha que é exclusivamente sua. Se tem muitos filhos, é vista como corajosa; se tem apenas um, perguntam quando virá o próximo. Na maternidade, qualquer decisão parece se transformar em motivo de julgamento.

Quando os filhos nascem, as opiniões se multiplicam. A criança come pouco ou come demais. Dorme com os pais ou sozinha. É muito protegida ou tem liberdade em excesso. A mãe trabalha demais ou deveria trabalhar mais. O problema não está nas trocas de experiências ou nos conselhos oferecidos com respeito. Eles fortalecem, orientam e criam redes de apoio. O problema surge quando a opinião se transforma em sentença e mulheres passam a carregar a culpa por não corresponderem a um modelo idealizado de maternidade. E esse é um dos maiores desafios de ser mãe: não apenas cuidar de um filho, mas proteger a própria identidade em meio a tantas expectativas externas.

A maternidade, entretanto, ensina justamente o contrário do que os julgamentos sugerem. Ela nos mostra que não existem fórmulas universais. Cada filho é único. Cada família é um universo particular. Cada mulher encontra, ao longo da caminhada, sua própria forma de amar, educar, cuidar e construir vínculos. O que funciona para uma família pode não fazer sentido para outra. Também é preciso reconhecer que escolher não exercer a maternidade é uma decisão igualmente legítima. Gerar filhos — ou não — jamais deveria definir o valor de uma mulher.

Optar por não ser mãe pode representar um profundo exercício de autoconhecimento, responsabilidade e honestidade consigo mesma. Respeitar essa escolha é reconhecer que existem muitas formas de construir uma vida plena. Talvez exista um desafio ainda maior do que enfrentar os julgamentos da sociedade: impedir que eles se transformem na nossa própria voz. Quantas vezes alimentamos a culpa? Quantas vezes acreditamos não sermos suficientes porque tentamos alcançar um padrão impossível de perfeição?

Acredito que esteja na hora de mudarmos a pergunta. Em vez de discutir quem está certa ou errada, por que não perguntar: quem está acolhendo essa mulher na construção da sua maternidade? Vivemos tempos em que se fala muito sobre sororidade, mas ela precisa deixar de ser apenas discurso para tornar-se prática. A verdadeira força entre mulheres nasce quando substituímos a comparação pela escuta, a crítica pela empatia e a competição pelo apoio mútuo. Nenhuma mãe precisa de mais uma juíza. Toda mãe precisa, em algum momento, de alguém que lhe ofereça compreensão. E toda mulher também. Que entre nós haja menos disputas e mais escuta. Menos críticas e mais empatia.

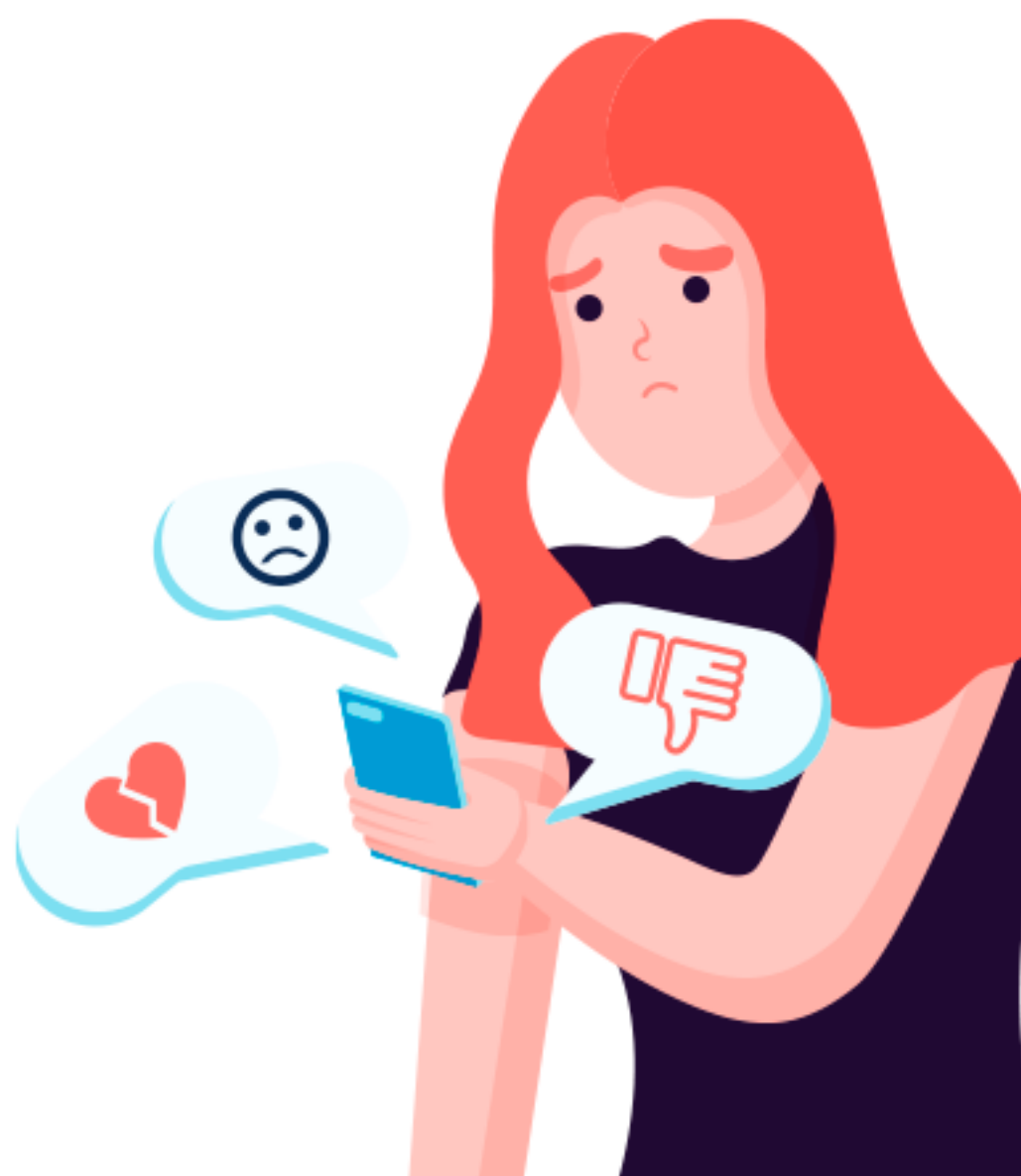
Menos conselhos não solicitados e mais mãos estendidas. Que possamos aprender a acolher umas às outras e, principalmente, a acolher a nós mesmas com a mesma gentileza que oferecemos a quem amamos. No fim, sendo mãe biológica, adotiva, de coração ou escolhendo não ser mãe, todas nós enfrentamos expectativas e julgamentos simplesmente por sermos mulheres! Que isso não nos diminua, não silencie nossa intuição nem nos afaste da nossa essência. Ao contrário: que nos fortaleça para viver nossas escolhas com autenticidade, respeito e amor.

Continua na próxima página...



A sociedade continuará emitindo opiniões. Não temos controle sobre isso. Mas podemos escolher não reproduzir esse ciclo. Podemos acolher mais e julgar menos. Podemos lembrar umas às outras que não existe maternidade perfeita, apenas mulheres reais, fazendo o melhor que podem com os recursos, a história e o amor que possuem.

Porque uma sociedade melhor jamais será construída por mulheres perfeitas. Ela será construída por mulheres reais: mulheres que escolhem caminhar lado a lado, acolhendo suas diferenças, respeitando suas escolhas e lembrando umas às outras de que nenhuma de nós precisa carregar a maternidade, nem a própria vida, sozinha.



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS CRÍTICAS E PEDAGOGIA FEMINISTA: A ESCOLA PÚBLICA COMO LOCUS

por: Aline Paulista de Oliveira é pedagoga, especialista em Gestão e Políticas Públicas da Educação Profissional e Tecnológica-IFG.

Sabe-se que as pautas relacionadas à Educação Pública são extensas e exigem reflexões profundas com apresentações de conceitos epistemológicos e outras críticas pertinentes ao assunto. Mas, dada a proposta da “Pasquim Feminista”, quero aqui apenas aguçar nossos sentidos para a relevância da Educação Pública, mais especificamente, da Escola desde a educação infantil, como locus de implementação de uma Pedagogia Feminista.

Trazendo à luz o conceito desta pedagogia, na literatura acadêmica está intrinsicamente ancorado o conceito das Pedagogias Críticas, em especial “Freirianas”, portanto, entende-se que essa Pedagogia deve visar uma ação social transformadora, havendo união da teoria com a prática reflexiva, a práxis, para o desenvolvimento e criação de consciência de gênero, ponto inicial de uma pedagogia crítica de caráter feminista. Desse modo, as práticas pedagógicas devem engendrar o letramento de gênero, bem como considerar a interseccionalidade, aspecto fundamental nos planejamentos de ações de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, fomentar essa pedagogia, exige pensar em questões que reverberam a ação educativa no cotidiano. E para efetivar tal premissa é necessário entender a escola e sua função social inserida num sistema de ensino, que insiste em práticas conservadoras com ideias de governos que se fundamentam em perpetuação de poder e opressão portanto, reprodutora de saberes do patriarcado.

Romper com esse modelo de escola tem sido uma luta constante para educadoras/es que buscam ancorar seus estudos em Paulo Freire e Florestan Fernandes, por exemplo, e tantos outros que fundamentam práticas pedagógicas críticas e emancipatórias. Então, as mudanças podem começar pela disseminação de saberes baseados em Bell Hooks, Simone de Beauvoir e outras que /se posicionam teoricamente a partir dos princípios emancipatórios de gênero, protagonizando um cenário para efetivar o movimento feminista nas escolas. Trago à luz esses nomes para pensarmos os desafios que as/os educadoras/es e demais que se ocupam da gestão na escola pública para atuarem de forma minimamente reflexiva.

Assim, é interessante, como mencionei no início do texto que a reflexão crítica feminista pode aguçar nossos sentidos para tal questão, pois apenas nesse texto pude perceber que os problemas se ramificam a partir da ideia de garantir a efetivação das práticas pedagógicas feministas.

Enfim, diretrizes e políticas públicas vem sendo elaboradas a partir do sistema econômico e político vigente, talvez o caminho seja a formação de bases para que militantes desbravem os territórios formais e avancem para os coletivos, formando professoras/es para a escola seja um instrumento no arsenal das trincheiras.



O LUTO SILENCIADO: GÊNERO, VIUEZ POR SUICÍDIO E O JULGAMENTO QUE CONDENA AS SOBREVIVENTES

por: Valéria Miguel Melo - vmprof20@gmail.com

Mestranda em Educação (UEG) / Pedagoga e Psicopedagoga

Se você procurar no dicionário, encontrará escrito, com a frieza cirúrgica inerente ao papel, que a viuvez é definida como "o estado de ter perdido o cônjuge por morte". É uma definição rápida, limpa e quase burocrática, mas a realidade, em sua crueza, ignora a gramática. Na prática, a viuvez chega como um terremoto silencioso que destitui a identidade da mulher. No segundo seguinte à partida, enquanto você ainda tenta tatear o próprio corpo para saber se continua viva, o mundo exige, de forma implacável, que você organize papéis, assine certidões e libere um corpo. É exatamente nesse momento que você deixa de ser quem era para herdar um rótulo de viúva, frequentemente carregado de um piedoso e diminutivo "coitadinha".

No entanto, quando a morte que te faz viúva é um suicídio, o peso desse rótulo muda drasticamente de tom. O luto deixa de ser apenas dor e se torna um tabu intransponível. A tragédia do suicídio carrega um silêncio constrangedor que empurra a mulher para um isolamento ainda mais profundo, onde não há espaço para o consolo genuíno. O que passa a reinar é o sussurro, o desvio de olhar e a busca implacável por um culpado. O tabu social que envolve a saúde mental se transforma, rapidamente, em um tribunal sumário onde a viúva é colocada no banco dos réus. No próprio velório, que deveria ser um espaço para o acolhimento e o amparo de uma alma despedaçada, instala-se um tribunal silencioso e, por vezes, dolorosamente barulhento. Bastou o sussurro de um familiar para que o veredicto machista fosse proferido antes mesmo do sepultamento: "Ela é a culpada."

Mas culpada de quê? Apenas quem acompanha de perto o dia a dia de alguém que adoece na alma conhece o tamanho das lutas travadas entre quatro paredes e sabe o peso do desespero silencioso. Ainda assim, a sociedade patriarcal, que historicamente cobra das mulheres a função de cuidadoras universais, nos responsabiliza até pelo sopro de vida de nossos companheiros. Na mente de muitos, se ele se foi, a culpa só pode ter sido da mulher que "não viu os sinais", que "deixou o casamento ir mal" ou que "não foi forte o suficiente" para salvá-lo.

É a partir dessa premissa cruel que se inicia a nossa dupla jornada de luto. De um lado, choramos a ausência física, o vazio na cama e as perguntas sem respostas; de outro, somos obrigadas a lutar pelo que restou da nossa própria dignidade. Vivemos, simultaneamente, o luto da morte e o luto da reputação. Antes mesmo que possamos processar a falta que o companheiro faz, somos empurradas a uma culpa que não nos pertence, adotando uma postura de autodefesa contra as fofocas, os olhares acusatórios e a vigilância constante sobre como devemos nos comportar. Se choramos demais, somos tachadas de "coitadas sem rumo"; se tentamos levantar a cabeça e seguir em frente, somos chamadas de "frias" e "sem coração". Para a viúva por suicídio, o julgamento social atua como uma sentença de prisão perpétua sem direito a um julgamento justo.

Continua na próxima página...



A morte é a única experiência verdadeiramente universal, mas o momento em que a terra se assenta sobre o túmulo marca o início de uma divisão brutalmente desigual baseada no gênero. O luto não é apenas uma jornada íntima de dor; ele é um roteiro social rigorosamente ditado pelo patriarcado. Para o homem, a viuvez é um estado transitório que exige resgate imediato. A engrenagem social se move rapidamente com urgência e compaixão prática, incentivando sua rápida inserção no mercado dos relacionamentos como um ato de resiliência. A ele é concedido o direito de continuar existindo como um sujeito de desejos.

Para a mulher viúva, o roteiro é perverso e cruelmente oposto. Ela passa a ser encarada sob duas lentes contraditórias: a da vulnerabilidade predatória e a do tribunal da moralidade. A solidão forçada é muitas vezes interrompida por "amigos" cuja oferta de ombro amigo mascara um olhar de desejo e objetificação. A viúva é vista como desprotegida e carente, cuja dor seria uma "porta aberta" para investidas desrespeitosas. Além disso, o luto feminino não pertence à mulher; é tratado como um patrimônio público. Suas roupas e comportamentos são escrutinados: espera-se que ela viva nas sombras, sem "aparências", encolhendo-se para caber na expectativa machista de uma castidade póstuma. Se ela tem filhos, o peso se multiplica, e sua identidade é invisibilizada e reduzida à função de cuidadora solitária em sacrifício materno. E se decide seguir seu próprio curso sem buscar um novo casamento, passa a ser tachada de "velha" ou "sozinha", baseada na premissa misógina de que uma mulher só está completa e segura com um homem ao lado.

A exaustão dessas cobranças sociais atravessa a dor da perda. Reconhecer que o julgamento sobre a viuvez é profundamente gênero-cêntrico é o primeiro passo para desmantelá-lo. Precisamos parar de olhar para o viúvo como um menino perdido que precisa de resgate, e para a viúva como uma propriedade que perdeu seu dono. O luto é um território sagrado e individual. É imperativo que a sociedade recue e permita que as mulheres viúvas reconstruam suas vidas, seja no silêncio de uma casa só sua, seja no calor de um novo amor, vestindo as cores que escolherem para sua própria sobrevivência.

Essa caminhada ganha contornos ainda mais densos devido ao estigma de sermos tomadas "sobreviventes enlutadas por suicídio", um termo exato que revela a guerra real e exaustiva travada por viúvas, filhos e familiares nos escombros dessa dor. Atravessar esse luto é habitar um estado mental que exige resiliência e superação diária. Se o luto comum já coloca a mulher viúva no banco dos réus, o luto por suicídio a joga no centro de um furacão de culpas projetadas, onde a sociedade patriarcal patrulha sua conduta como se fosse sua obrigação prever o insuportável.

É exatamente por isso que precisamos mudar a rota: sair da cultura do julgamento para construir a cultura do acolhimento. É urgente a criação e o fortalecimento de redes de apoio psicológico e social que abracem essas mulheres sem as amarras do moralismo, oferecendo espaços seguros onde elas não precisem se justificar, apenas ser. Romper o silêncio sobre dores tão estigmatizadas, dando voz ao que tentam emudecer, é o primeiro passo para a cura coletiva. Que cada viúva, cada mãe e cada mulher sobrevivente encontre forças para ressignificar sua jornada, permitindo que o luto deixe de ser uma prisão social e passe a ser apenas o amor que busca um novo lugar para existir, acolhendo-as inteiras.



Tarde de cinzas

por: Letícia Cunha Rocha é mãe do Vinícius e da Alícia, gateira, professora.

Aconteceu domingo. Domingo passado ou último domingo, como preferir. Se bem que poderia ter sido uma terça, para o que aconteceu no dia, isso faz pouca diferença. Mas vou continuar contando sobre o domingo. Diferente de muitos sábados, nesse (anterior ao domingo, não preciso explicar) eu trabalhei, diferença que ficou só no trabalho, porque a dor era aquela de sempre, velha conhecida mas nada companheira. Ter trabalhado também não é importante para a história. E a dor só entrou aqui pra falar que, por mais que fosse 16h de um domingo, eu acabara de tirar o pijama e colocar qualquer roupa para buscar minha filha na casa da minha mãe. Cansada. Só então vi a cor do dia. Inclusive fiquei grata mentalmente por ter saído de casa, o dia estava bonito, e as músicas pareciam combinadas com o radialista para me agradarem.

À esquerda, uma praça. Não fosse o sinal fechar, viraria à esquina sem pensar, só cantarolando as músicas que tocavam para mim, dando preguiçosa sequência ao início/fim da minha semana. Mas vi subindo na direção contrária a mim um andarilho (pausa para pensar na forma ideal de chamá-lo: bêbado? pedinte? sem teto? trabalhador de rua informal? usuário? pedestre? transeunte?) Carregava algo nas mãos que, na minha cabeça lenta de domingo às 16h, pareciam cinzas que se mexiam. Cinzas. Que se mexiam. (Segunda pausa para pensar em uma fogueira. As cinzas se mexem lá dentro? Às vezes elas caem e se soltam de um galho ou madeira queimados, e seu contato com outras cinzas levanta uma poeira cinza de cinzas.) Foi bem isso que enxerguei na mão do moço. Nas mãos em concha do moço. Cinzas se soltando da brasa. O movimento prateado chamou minha atenção, por que ele carregava cinzas flutuantes nas mãos?

Atravessou na minha frente e seguiu em direção à praça. Tinha um andar que parecia o de alguém que acabou de acordar em um domingo à tarde. Devagar, trôpego, um cuidado esforçado. Chegou na praça, procurou algo que eu ainda não entendia o que era. Escolheu entre várias uma arvorezinha que lhe pareceu segura, agachou e depositou o conteúdo e objeto de todo aquele cuidado e atenção. Um filhote de pombo. Atravessou de volta a rua em busca do instrumento de trabalho cheio de tralhas estacionado em local irregular (onde se regulariza estacionamento de caminho de mão?).

Olhou pra mim. Não na minha direção, para mim, para dentro de mim. Compartilhamos em alguns segundos um segredo que agora não é só nosso, mas até domingo foi. O olhar dele não tinha a doçura que se esperaria de alguém que acabou de salvar uma vida desimportante, mínima. Tinha inclusive um pouco de raiva, e eu naqueles segundos torci muito que não fosse para mim. Tentei demonstrar, do meu lado, eu te vi! eu vi o que você fez! eu teria feito a mesma coisa! Como dizer tanto apenas com olhos, sem usar do recurso da boca ou das bochechas, uma vez que o sorriso definitivamente não cabia naquela situação? O sinal abriu. A música ainda era para mim, assim como a cor do dia, assim como aquele olhar. Domingo à tarde não é dia de trabalhar. Mas sempre é dia de salvar uma pequena ave com asas de cinza.

Ela fez tudo certo. O Estado falhou.

por: Ana Carola Cavalcante e Maria Meire de Carvalho

Valdirene Vaz Clemente denunciou, conseguiu uma medida protetiva e buscou a Justiça. Ainda assim, foi assassinada. Tornou-se o 44º caso de feminicídio registrado em Goiás em 2026, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública. Sua morte expõe os limites de um sistema que, muitas vezes, protege mais no papel do que na vida.

Valdirene Vaz Clemente tinha 41 anos e era professora da rede municipal de Bom Jesus de Goiás. Contra o ex-marido, havia uma medida protetiva e um processo por ameaças e lesão corporal. Ela fez tudo o que o Estado orienta uma mulher a fazer quando sua vida está em risco. Mesmo assim, foi assassinada.

Esperou-se dela coragem para denunciar, confiança na Justiça e resistência para reconstruir a própria vida. Nada disso impediu que um homem inconformado com o fim da relação a esperasse na saída de um culto religioso para executá-la.

É preciso dizer com todas as letras: Valdirene não morreu por ciúmes, nem por amor. Foi vítima de um feminicídio, porque um homem acreditou que ainda tinha o direito de decidir sobre sua vida.

Sempre que uma mulher é assassinada por um companheiro ou ex-companheiro, surge a mesma pergunta: "O que ela poderia ter feito?". A questão correta é outra: o que nós, enquanto sociedade e Estado, deixamos de fazer? Uma medida protetiva não pode ser apenas um documento. Ela precisa significar proteção efetiva, monitoramento, resposta rápida, avaliação contínua do risco e integração entre polícia, Judiciário e rede de proteção.

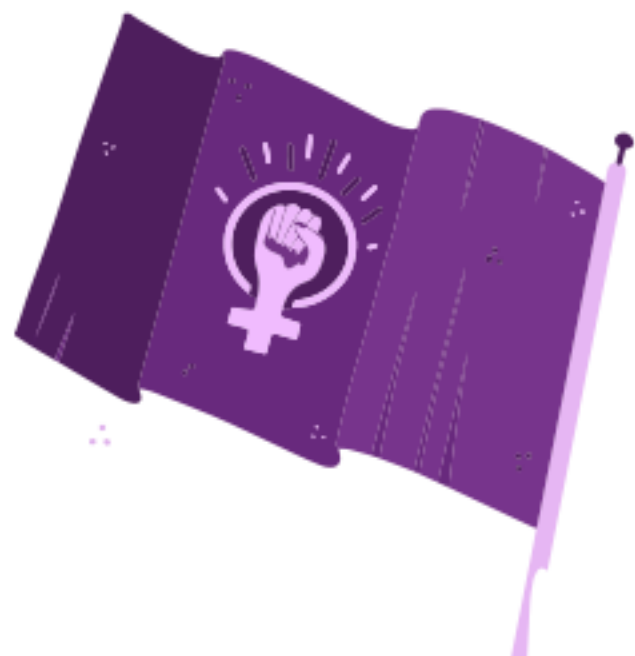
Como demonstra a antropóloga Rita Segato, o feminicídio é uma manifestação de poder. Mais do que eliminar uma mulher, esses crimes reafirmam uma ordem social em que a autonomia feminina ainda é tratada como afronta.

A história de Valdirene não pode terminar em uma manchete policial. Ela expõe o fracasso de um Estado que ainda não consegue proteger mulheres ameaçadas. Combater o feminicídio não é apenas punir assassinos, mas impedir que eles matem. Enquanto mulheres forem mortas por exercerem o direito de dizer "não" e seguir suas vidas, o Estado continuará falhando.

Ana Carola Cavalcante é membra da Coletiva Feminista GSEX; Designer e diagramadora gráfica da Pasquim Feminista.

Maria Meire de Carvalho é professora da UFG, Campus Cidade de Goiás; Coordenadora da Coletiva Feminista GSEX e da Pasquim Feminista.

E-mail: mmeire@ufg.br



Fantasma

por: *Tatianna Dias do Amaral* - Email: *tatianna.amaral@gmail.com*
Especialista em Docência no Ensino Superior.

Por que ele destruiu a minha vida?
Pode-se viver livre, enquanto ainda me sinto presa e acuada?
Por que não sou realmente acolhida por aqueles que deveriam me proteger?
Quanto tempo ainda este fantasma vai me paralisar?
Eu me sentia bem, mas caí de novo...
Eu me sentia segura,
mas o que aconteceu me persegue...
Me sinto só um objeto de novo.
Qualquer homem pode me machucar.
E eu não tenho forças para me defender.





acompanhe nossas redes



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

A PASQUIM FEMINISTA não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos publicados, os mesmos são de inteira responsabilidade de cada autora.